

# EDITORIAL

A *Revista Perspectiva*, número 32, volume 3, de 2014, apresenta o Dossiê **Teoria histórico-cultural e infância**, organizado pelas professora Soraya Franzoni Conde, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Suely Amaral Mello, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Além dele, compõe este número oito artigos de Demanda Contínua de diferentes linhas teóricas e temas abordados, que têm em comum a pesquisa na área da educação, desenvolvida por intelectuais de universidades de várias partes do País.

O primeiro artigo **A intervenção compartilhada na sala de aula: uma experiência metodológica de pesquisa**, produzido pelas professoras da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Roseli Inês Hickmann, Maria Isabel Dalla Zen e Maria Luísa Merino de Freitas Xavier, apresenta resultados de pesquisa focalizando o ensino e aprendizagens de um grupo de crianças do III Ciclo em uma Escola Municipal de Porto Alegre, RS, que integra o Projeto Docência Compartilhada. A singularidade reside no compartilhamento docente por duas professoras das áreas de história e pedagogia e pelo grupo de crianças, no qual sete apresentavam necessidades educativas especiais, inserindo-se na discussão os processos educacionais inclusivos em uma proposta metodológica de intervenção compartilhada.

Em **Os desafios teórico-metodológicos do ensino de sociologia no ensino médio**, Amurabi Oliveira, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), introduz uma discussão pertinente e premente para a prática docente de professores de Sociologia: a inserção da sociologia como disciplina na Educação Básica, a partir de 2008. Com o propósito de contribuir para a discussão, o artigo destaca, a partir de obra de Giddens, os desafios teóricos e metodológicos da disciplina de Sociologia no ambiente escolar em nível de Ensino Médio.

No artigo **O perfil dialógico como critério de avaliação na formação online de professores-tutores**, as autoras da Universidade Federal do Ceará (UFC) Priscila Barros David, Raquel Santiago Freire e Paula Patrícia Barbosa Ventura, desenvolvem uma investigação sobre a educação a distância a partir de um curso de formação na modalidade a distância para professores-tutores, analisando a disposição para o diálogo e o índice de aproveitamento desses, bem como a inserção “dos pilares do diálogo freireano como critérios adicionais dentro do instrumento de avaliação da aprendizagem do curso, viabilizando a realização de avaliações formativas”.

Em **A gestão sistêmica da educação: do âmbito nacional ao contexto do poder local**, Edson Francisco de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tematiza a criação de sistemas próprios na gestão da educação nacional, estadual e municipal, contextualizando os direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O texto é construído em três partes, sendo: 1) análise do significado histórico-etimológico de sistema e sua incorporação o sistema educacional; 2) discussão sobre a “interface entre a perspectiva de gestão sistêmica e os fundamentos do Estado federativo brasileiro”; e 3) a criação de sistema no Município e sua possível autonomia para “gestar sua Política Educacional”.

O artigo apresentado por Débora Sodrê Éesper, Mirian Hisae Yaegashi Zappone e Neiva Maria Jung, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), **O letramento literário na Prova Brasil, tematiza as práticas de letramento literário na Prova Brasil**, a partir dos estudos sobre Letramento, como conjunto de práticas sociais, efetivado por Brian Street e o conceito de leitura literária. A análise é realizada nas atividades da Prova Brasil para a disciplina de Língua Portuguesa junto a estudantes do 9º. ano do ensino fundamental. As autoras concluem que a literatura enquanto arte é subsumida, enfatizando-se o ensino da gramática.

A autora Kátia Agostinho, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em **A complexidade da participação das crianças na educação infantil**, focaliza a participação e inclusão das crianças de Educação Infantil – creche e pré-escolas – na produção de espaço público de educação democrática que pressupõe ouvir as vozes das crianças, como atores sociais, sujeito de direitos que são. A pesquisa de base etnográfica foi realizada com trinta e três crianças, de três a seis anos, e seus professores, numa pré-escola pública. Neste artigo é problematizada a complexidade teórica da temática e enfatizada a importância de se dar voz às crianças.

O último artigo, mas não menos importante, **Ascensão e distanciamento na trajetória social, escolar e profissional de um jovem das camadas populares**, de Luiz Fernando de Oliveira, doutorando da Universidade Federal da Minas Gerais (UFMG), e Écio Antonio Portes, Professor da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), insere-se no campo da Sociologia da Educação, buscando compreender a trajetória escolar de longa duração e o ingresso no mundo do trabalho de um ator proveniente da camada popular. Nos resultados da pesquisa, os autores destacam que “a ascensão econômica, mesmo associada à posse de um elevado capital cultural institucionalizado,

parece não proporcionar, necessariamente, a médio prazo, a inserção dos atores de origem popular na 'cultura legítima', ou na 'cultura erudita', mesmo que esses atores estejam inseridos em contextos que exigem e propiciam isto a eles, e ainda que eles consigam se apropriar de forma satisfatória dos capitais culturais específicos de suas áreas”.

Esperamos que a leitura dos artigos aqui publicizados inspirem o leitor a outras leituras e escrituras.

Desejamos uma boa leitura!

Elison Antonio Paim  
Eliane Santana Dias Debus  
Caroline Machado Momm  
**Editores Científicos**